

ATLÂNTICO : REVISTA LUSO-BRASILEIRA¹ (Lisboa, 1942-1950) – Autoanunciou-se como uma revista de cultura, de literatura e de arte. Publicação modernista, pretendia mostrar o melhor de dois países. No entanto, ultrapassou o conceito de revista luso-brasileira, ao produzir uma antologia literária com autores de quase todo o mundo lusófono. Teve uma direção bicéfala marcada, na sua génese, pela “identidade de vistas dos Directores brasileiro e português”, António Ferro² e Lourival Fontes³, e dos seus serviços de propaganda oficiais.

Contextualizando, a revista foi projetada no “Acôrdo Cultural Luso – Brasileiro, assinado em 4 de Setembro de 1941, no Palácio do Catete no Rio de Janeiro, por António Ferro, Diretor do Secretariado da Propaganda Nacional, de Portugal, e Dr. Lourival Fontes, Diretor do Departamento de Imprensa e Propaganda, do Brasil. A-fim-de promover uma íntima colaboração entre o Brasil e Portugal por intermédio dos organismos oficiais a quem incumbe nos dois países a orientação dos serviços de propaganda”; o acordo estabelecia, entre outras reciprocidades, “a criação duma revista denominada *Atlântico*, mantida pelos dois organismos, com a colaboração de escritores e jornalistas portugueses e brasileiros (Artigo 2.º, alínea e)”; e entraria “em vigor na data da sua assinatura, devendo, em 31 de Dezembro de 1941, encontrar-se

¹ Disponível na Hemeroteca Digital, em:

http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/periodicos/Atlantico_RevistaLusoBrasileira/Atlantico.htm

² António Joaquim Tavares Ferro (1895-1956) foi escritor, jornalista, radialista, publicista e político português. Nasceu em Lisboa, na Rua da Madalena, n.º 237, 3.º, num edifício que ardeu completamente no mediático Fogo da Madalena, quando António Ferro contava 11 anos. Este episódio, certamente que ajudou a formar a sua personalidade forte que influenciou a sociedade portuguesa e esta revista, *Atlântico*, com a sua “política do espírito” que desenvolveu enquanto diretor do S.P.N./S.N.I., apoiado pelo Chefe de Estado, António de Oliveira Salazar até 1949. No ano em que terminou esta revista, *Atlântico*, 1950, António Ferro foi colocado como ministro plenipotenciário em Berna, como acontecera com Guerra Junqueiro (1850-1923) em 1911; na nossa opinião, ambos foram afastados da política interna portuguesa por serem demasiado influentes na opinião pública e nos periódicos portugueses. Em 1922, visitou o Brasil durante as comemorações do Centenário da Independência. Depois, no ano em que esta revista *Atlântico* saiu a lume, era o Presidente da Direção da Emissora Nacional (1942), num contexto em que a rádio era o meio mais mediático de comunicação do mundo. Colaborador em vários periódicos, o escritor António Ferro deixou aqui a sua marca com o conto moralista em “Porquê?” (n.º 3, 1943, p. 103), a publicação ilustrada, em formato *libreto*, de “D. Sebastião” – Argumento para bailado do Verde-Gaio, Companhia de Bailados lançada pelo S.P.N. (n.º 3, 1943, p. 184), e o artigo “Carlos Queiroz” em “Notas” (3.ª Série, n.º 2, 1949, p.112). Como existem várias biografias de António Ferro, aconselhamos, aqui, a leitura de “António Ferro, escritor”, escrito por José Osório de Oliveira (V. “Notas do Secretário”, n.º 3, 1943, p. 202).

³ Lourival Fontes (1899-1967) foi jornalista, publicista, conferencista, funcionário público, político e ensaísta brasileiro. Contestatário político, apoiou a candidatura de Getúlio Vargas à presidência do Brasil pela Aliança Liberal. Em 1937 visitou a Europa e conheceu a política do italiano Mussolini. Em sequência, apoiou o golpe de 10 de novembro do mesmo ano que instituiu no Brasil o Estado Novo (igual designação do regime em Portugal, desde 1933, e provável influenciador). Por motivo de dissidências políticas internas, Lourival Fontes, cognominado de “o fala sozinho”, foi, em 17 de julho de 1942, demitido do Departamento de Imprensa e Propaganda (D.I.P., departamento originário dos anteriores de Difusão Cultural entre 1934-38, e Nacional de Propaganda até 1939) que dirigia desde 1934.

completamente organizado e em normal funcionamento, os serviços e atividades nêle previstos” (V. “Acôrdo Cultural Luso-Brasileiro (Artigo 3.º)” em “Documentos”, n.º 1, Primavera 1942, p. 180).

A redação e a administração da revista estavam sediadas em Lisboa, juntas à *secção brasileira do S.P.N.*, na rua de S. Pedro de Alcântara, 45, 2.º D, em Lisboa, no mesmo edifício onde funcionavam os Serviços de Censura para o Cinema e o Teatro.

Era editada simultaneamente em Lisboa e no Rio de Janeiro, inicialmente pelo Secretariado da Propaganda Nacional (S.P.N., Portugal) e pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (D.I.P., Brasil); e depois pelo Secretariado Nacional de Informação (S.N.I., Portugal), e pelo Departamento Nacional de Informações (D.N.I., Brasil) e pela Agência Nacional (A.N., Brasil), na Nova e na 3.ª Séries. Nela anunciava-se, também, que a sua distribuição no Brasil estava a cargo de *Livros de Portugal*, com morada na rua do Ouvidor, 106 e, mais tarde, na rua Gonçalves Dias, 62, no Rio de Janeiro.

De periodicidade incerta, sem publicidade mas patrocinada por dois países, a revista publicou-se, quase sempre, ao ritmo de dois volumosos números por ano, com mais de uma centena de páginas cada, durante três séries. A sua coleção iniciou-se em 1942, com o n.º 1 (Primavera 1942) até ao n.º 6 de 1945; seguiu-se a Nova Série, do n.º 1 de 1946 ao n.º 7 de 1948; e a 3.ª Série, do n.º 1 de 1949 ao n.º 3 de 1950. Os seus 16 números foram todos impressos na *Oficina Gráfica*, situada na rua da Oliveira ao Carmo, 8, em Lisboa.

O secretariado da sua redação coube a José Osório de Oliveira⁴, que o viu como uma “espécie de missão, que é fazer uma revista” com “diminutas

⁴José Osório de (Castro e) Oliveira (1900-1964) foi escritor, jornalista, conferencista e publicista português. Paralelamente fez carreira como funcionário colonial, a partir de 1919. Nasceu em Setúbal mas passou a infância no Brasil que relembra em “O Mito do Brasil: prólogo de uma conferência” (V. n.º 4, 1943, p. 14). Lá ficou até à morte do pai, o poeta Paulino de Oliveira (1864 – 1914), autoexilado no Brasil após participar, em Portugal, numa intentona republicana (28 de Janeiro 1908); dele, em memória póstuma, publica-se aqui a “Ode à morte de Machado de Assis”, então inédita (3.ª série, n.º 3, 1950, p. 32). Da sua mãe, a escritora Ana de Castro Osório (1872 – 1935), também como memória póstuma aqui, surge “*Os Narradores das Lindas Histórias*”, outro inédito (V. n.º 3, 1943, p. 68). Com 17 anos, José Osório iniciou-se no jornalismo em Lisboa, tendo percorrido vários jornais, e foi enviado especial do *Diário de Notícias* a várias colónias portuguesas. O seu primeiro livro foi *Kermesse* (1918). Colaborou em vários periódicos, entre eles aqui, na *Atlântico*, com 2 crónicas: “Bustos de Poetas, para um Jardim Público” (n.º 1, Primavera 1942, p. 141), e “Notícias da Poesia, de duas maneiras” (n.º 2, p. 352); onde, também, foi Secretário da Redação, e onde viu outro livro seu, *História Breve da Literatura Brasileira* (1939), ser referido por Augusto de Castro (1883-1971), colaborador pontual com “Juventude e Esplendor do Brasil” (n.º 2, 1942, p. 191). Esteve preso 6 meses na Torre de S. Julião da Barra, antes de ser julgado e absolvido pelo Tribunal Militar, por causa de uma fracassada intentona nacionalista (1922), defendida pelo seu irmão, o poeta João de Castro Osório (1899 – 1970), também colaborador literário aqui (“*O Criticon* de Gracian e as *Cartas Chilenas* de Gonzaga, n.º 1, Primavera 1942, p. 32; “*Metamorfose das Ninfas*”, n.º 3, 1943, p. 89); e “*Dom Quixote: tragicomédia*”, n.º 5, 1944, p. 93). José Osório de Oliveira dizia-se “escritor sem grupo, sem escola, sem partido e sem igreja” e preferia a crónica literária e “o esboço de ensaio”, mas ficou famoso como biógrafo. Foi nomeado Chefe da Divisão de Propaganda da Agência Geral das Colónias, a partir de 1938. Depois, “Por incumbência de António Ferro (...), e para que êste outro organismo do Estado Português colaborasse, também, na realização do Acôrdo Cultural Luso-Brasileiro (1941), encarregou-se José Osório de Oliveira (...), da organização do novo programa radiofónico *Meia Hora Brasileira*” que iniciou a ler, “ao microfone da E.N., uma breve palestra que a mero título documental, embora tardiamente, queremos transcrever neste arquivo do Acôrdo” (V. n.º 3, 1943, p. 212).

satisfações, mas o amor desinteressado pelas coisas do espírito, se por acaso existe, pode manifestar-se melhor do que em nenhuma outra forma de actividade literária”, mas que “custa bastante deixar de aparecer como colaborador para dar lugar a outros, ou por o trabalho na revista não deixar tempo para escrever mais do que simples notas.” Mais à frente, entre parenteses, fala da seleção dos colaboradores que escolheu “com a aprovação ou o apoio tácito de António Ferro, que sabe dirigir, confiando”, e refere-se às suas contrariedades, ao responder a um crítico anónimo, de uma forma dúbia em tempo de censura prévia editorial: “embora o censor faccioso não nomeie os valores literários portugueses que, no seu critério, a *Atlântico* esqueceu, e apesar de, para todo o espírito imparcial, ser justificação bastante a impossibilidade de, em dois números, incluir todos os valores, direi que são já alguns os que corresponderam mal ao ecletismo manifestado na escolha dos colaboradores portugueses desta revista” (V. “Notas do Secretário: Satisfações/Contrariedades”, n.º 3, 1943, p. 206).

Muito ilustrada, a revista teve a direção artística inicial de Manuel Lapa⁵ até declinar (ou ser afastado?), por causa da “nova feição gráfica que a *Atlântico* tomou (...), a incumbência que, em boa hora, lhe fora confiada pelo Director português desta revista” que “em grande parte” e graças a ele, segundo a redação, “conquistou o apreço de portugueses e brasileiros” (Nova Série, n.º 5, 1947, p. 120).

A composição da revista, no seu início, acontecia na *Oficina Gráfica* onde se imprimia, sobre *papel fabricado em Portugal* mas as suas gravuras coloridas provinham de empresas profissionais: *Bertrand* (Irmãos), *Ilustradora*, *Neogravura*, e *Fotogravura Nacional*; assim como o trabalho em offset da *Litografia Nacional*, o que encarecia a revista. Consequentemente, nas duas séries seguintes, a revista apresentou-se menos ilustrada, apenas com gravuras, desenhos e ilustrações a preto e branco, em papel de gramagem mais baixa e de qualidade inferior.

PROGRAMA EDITORIAL

⁵Manuel Lapa, nome artístico de D. Manuel Francisco de Almeida e Vasconcelos (1914 – 1979), foi um pintor, ilustrador, artista gráfico e decorador modernista português. Nasceu em Lisboa, filho dos condes da Lapa. Aristocrata por nascimento e Mestre pelo saber, foi premiado pela Sociedade e Academia de Belas-Artes. Diplomou-se na Escola de Belas-Artes em Lisboa, onde também foi professor do curso de Pintura. Foi um dos decoradores da oficial e político-utópica Exposição do Mundo Português (1940) realizada em Lisboa, que lhe valeu o oficialato da Ordem de Cristo. Participou em exposições no estrangeiro (Nova York, etc.), na Exposição de Artistas Ilustradores Modernos (Porto, 1942) e noutras posteriores, também projetadas pelo S.P.N. Trabalhou, ainda, nos vitrais para a catedral de Nova Lisboa (1946). Em 1948, colaborou na decoração do novo Museu de Arte Popular, e na exposição *15 anos de Obras Públicas*, e fez parte da direção do projeto da exposição *14 Anos de Política do Espírito* no Palácio Foz (Lisboa, 1948), promovida pelo S.N.I. (V. “Vária: Vitalidade do Acordo Cultural Luso-Brasileiro”, Nova Série, n.º 6, 1948, p. 134). Foi colaborador artístico assíduo, aqui, na *Atlântico*, assim como seu diretor artístico (1942-1947), além de marcar presença como ilustrador em outros periódicos como, em 1948, na *Revista Municipal* (CML, Lisboa, 1939-1973) e em *Panorama: revista portuguesa de arte e turismo* (SPN, Lisboa, 1941-1973), ambas disponibilizadas na Hemeroteca Digital.

António Ferro, o diretor português, abre a revista com um editorial literário explicando o título e a ilustração do búzio na capa. No seu texto, António Ferro argumenta que era preciso “encontrar uma palavra suficientemente elástica, ondulante, para sintetizar o vago e o concreto das nossas aspirações, o sonho e a realidade do nosso ideal”, e que, ao juntar “a palavra brasilidade à palavra lusitanidade, duas luminosas parcelas, obtivemos, sem custo, este resultado, esta soma: *Atlântico*.” E, mais à frente, expõe o seu pensamento doutrinário: “existe o Brasil, existe Portugal, duas nações livres, independentes, por graça de Deus e dos homens. Mas também existe, sonoro búzio onde se repercute a voz da raça, o *mare nostrum*, o Atlântico, pátria maior, pátria infinita...”, e especifica o objetivo da revista: “revelar Portugal novo aos brasileiros” e “revelar o novo Brasil aos portugueses”; pois “para nos entendermos definitivamente, para nos respeitarmos, não devemos ter a preocupação de nos mostrarmos iguais mas diferentes”, mas numa “idêntica força criadora. Uma raça, duas nações, um mundo, eis a nossa legenda, a nossa bandeira!” (V. “Algumas Palavras” de António Ferro, n.º 1, Primavera 1942).

Do outro lado do Atlântico, Lourival Fontes, o diretor brasileiro, no que assina editorial, afirma que “os jornalistas e os intelectuais de Portugal e Brasil têm uma grande obra a concluir” e que, ao conhecerem-se, “resultará a defesa dum formidável património espiritual, que não é português, nem brasileiro, porque é comum.” A seguir, não falando diretamente da II Guerra Mundial, menciona que “na hora sombria, que o mundo vive”, o acordo, ou “a conduta de portugueses e brasileiros, estendendo-se a mão sobre o oceano, reduzindo as distâncias e coordenando as vontades, constitui formoso exemplo.”

Nas suas notas, num primeiro artigo quase editorial, José Osório de Oliveira que, por ter crescido no Brasil, personifica o espírito desta revista, diz que “procurará realizar o ideal de uma direcção comum, como são comuns, a Portugal e ao Brasil, o património histórico, a língua, a cultura intelectual e tantas manifestações do sentimento”, uma vez que “só agora, com o Presidente Getúlio Vargas e com o Doutor Oliveira Salazar como Chefe do Governo, (...) se realiza efectivamente, com continuidade, como política das duas Nações”, pois “agora, sim, a *Unidade espiritual* é um programa de Governo”; e panfletariamente, acrescenta: “E é essa a única política da revista *Atlântico*.” A seguir, na nota sobre a *colaboração brasileira*, esclarece que a revista, como órgão da aproximação intelectual luso-brasileira, procura constituir uma espécie de antologia, de Portugal para os brasileiros, do Brasil para os portugueses”, mas que “as dificuldades de comunicações (...) não permitiram que a colaboração brasileira, neste primeiro número, fosse tão numerosa como a portuguesa”; e que o propósito era “dar, na primeira parte de cada número, uma série de ensaios ou estudos, ordenados logicamente por assuntos, de forma a fornecer uma ideia, não de cada país, mas de alguma dos seus aspectos fundamentais”, e na “segunda parte, consagrado à poesia e à novelística (...), dar uma antologia poética”, e ainda uma terceira parte com “uma escolha de obras de ficção representativas da literatura actual de cada país”, dissertando “pela arte e pela crítica, pelas obras do espírito, enfim.” Noutra nota, o mesmo autor defende a *representação de Cabo Verde* “em todos os números da *Atlântico*, precisamente por esta revista ser luso-brasileira” (V. “Notas: O Primeiro Artigo/ Colaboração brasileira/ Representação de Cabo Verde”, n.º 1, Primavera 1942, p. 170).

Ao iniciar a sua última e terceira série, em editorial não assinado, os responsáveis da revista consideram que foi tentado “tudo para realizar” o “programa” traçado, e que se aproximaram “um pouco do ideal, que seria o perfeito conhecimento mútuo dos dois povos de língua portuguesa e de espírito lusíada, voluntariamente submetidos, um e outro, à lei do *Atlântico*”, ou “lei de comunhão espiritual” pois, “de tal maneira a sentimos, e a julgamos realmente sentida por portugueses e brasileiros, que, quando esta revista iniciou a sua segunda série (imposta pelas circunstâncias), não demos explicação alguma” e que a prova “estava no facto de o primeiro número dessa nova série abrir com um soneto a Camões⁶, de um poeta brasileiro de hoje”, finalizando com as máximas de união de “raça histórica”, e de que “os mais fortes laços são os do espírito” (V. “Editorial”, 3.ª Série, n.º 1, 1949, p. 3).

PORTUGAL NO CONTEXTO POLÍTICO: RELAÇÕES COM O BRASIL, REINO UNIDO, E ESPANHA

O mapa geopolítico do Brasil altera-se radicalmente com a sua entrada na II Guerra Mundial ao lado dos Aliados, em agosto de 1942, e é nomeado um novo diretor brasileiro para a revista, o Major Coelho dos Reis (1898-1974), para emparelhar editorialmente com o português, António Ferro. Então, com a intenção de sanar dúvidas, publica-se: “Basta, no entanto, deixar aqui registados os telegramas que nessa altura trocaram os dois Directores da *Atlântico*, para que fique bem gravada a sua posição.” A antecedê-los, inclui-se um texto escrito em formato de *press release*, o qual citamos por ser importante para a história da revista: “*Atlântico* é uma revista de cultura, de literatura e de arte. Por natureza, abstem-se de tratar, nas suas páginas, dos problemas sociais, políticos ou económicos do mundo moderno, até quando dizem respeito à vida do Brasil ou de Portugal. O mesmo não pode suceder, porém, quando qualquer facto político envolva aquela solidariedade que os dois países se devem, e interesse, portanto, àquela unidade de cultura, de espírito e de sentimento que o Brasil e Portugal formam no Mundo. Independentemente da posição política de Portugal perante a Guerra, entendeu, por isso, o Director português da *Atlântico*, dever testemunhar ao Director brasileiro a sua solidariedade no momento em que os acontecimentos levaram o Brasil para a beligerância. Sendo o órgão comum da intelectualidade dos dois países, esta revista não podia deixar de marcar, dentro do campo exclusivamente luso-brasileiro em que age, a atitude fraterna que o sangue impõe, que o Passado indiviso determina, que a eterna irmandade da língua e que a comunhão das almas, no Presente como no Futuro, justificam” (V. “Documentos: Amizade Luso-Brasileira”, n.º 3, 1943, p. 211).

No número seguinte, também em forma de *press release* ou de propaganda política, publica-se: “A Presidência do Conselho da Nação Portuguesa tornou pública, no dia 12 de Outubro, a nota oficiosa que a seguir se transcreve para que fique arquivada nesta revista da família luso-brasileira. Portugal deu agora à nação aliada (Reino Unido), a colaboração que a neutralidade condicionada permitia, como deu ao Brasil a sua solidariedade moral no momento em que o povo lusíada da América definiu a sua posição no conflito mundial.” Ao qual segue-se uma introdução e uma declaração oficial que se inicia assim: “De

⁶V. “Camões” (Nova Série: n.º 1, 1946, p. [1]) de Emílio Moura (1902-1971); este foi um poeta brasileiro do “grupo dos modernistas mineiros”, da década de 1920.

acordo com o Govêrno Portuguê, o Gôverno de S.M. no Reino Unido fêz hoje à Câmara dos Comuns a seguinte comunicação: I. Ao deflagrar a guerra o Govêrno Portuguê, em inteiro acordo com o Gôverno de S.M. no Reino Unido, adoptou uma política de neutralidade com o fim de evitar que a guerra alastrasse à Península Ibérica. O Govêrno Portuguê declarou, no entanto, com frequência, e a última vez no discurso do Doutor Salazar de 27 de Abril, que a referida política não era de modo algum incompatível com a aliança anglo-portuguesa que foi reafirmada pelo Govêrno Portuguê logo nos primeiros dias da guerra (...). Em aditamento, esclarece-se e reitera-se a posição de Portugal com a vizinha Espanha: “Ao dar conhecimento ao País (Portugal) dos factos constantes da anterior comunicação, o Govêrno Portuguê julga por agora apenas necessário acrescentar e frisar o seguinte: (...) b) Tendo o Govêrno Portuguê salvaguardado desde o primeiro momento as obrigações para êle emergentes do Tratado de Amizade e Não Agressão e Protocolo Adicional celebrados com a Espanha e uma das bases da sua política externa, (...) a manutenção de uma zona de paz na Península Ibérica” (V. “Documentos: Portugal perante a guerra”, n.º 4, 1943, p. 171).

A SÉRIE INICIAL

Os dois primeiros números (n.º 1, Primavera 1942/23 de Maio 1942, e n.º 2, de 31 Outubro 1942, conforme anúncios de fecho de edição) têm paginação seguida, totalizando 374 páginas; no entanto, os leitores são informados que “a numeração das páginas devia recomeçar em cada número, pois que os concebemos arquitectónicamente, como edifícios completos”; seguida da intenção de encadernação singular, e da periodicidade, ainda não anunciada: “nem o tamanho de cada um permitiria que os dois publicados cada ano fôssem encadernados num só volume” (V. “Notas”, n.º 4, 1943, p. 166).

Logo no seu segundo número, a revista muda de diretor brasileiro, publicandose a seguinte nota: “Julgamos ter demonstrado, com o 1º número de *Atlântico*, que continua a ser possível, apesar das dificuldades de comunicações causadas pela guerra mundial, editar em Lisboa, como o seria ou virá a ser no Rio de Janeiro, uma revista comum aos dois países. A existência de um programa oficial de política luso-brasileira, que outra coisa não é o Acôrdo Cultural; (...) o bom entendimento, se não, mesmo, identidade de vistas dos Directores brasileiro e portuguê; o elo de ligação que constitui a presença do Visconde de Carnaxide [2.º, António Baptista de Sousa Pedroso, 1902-1965] junto do D.I.P.; o elo estabelecido pela presença de Cesário Alvim [1911-?] junto do S.P.N.; o facto de o Secretário de Redacção desta revista conhecer o Brasil (...); e que “a melhor prova de que essa unidade de pensamento existe é que, tendo mudado o Director do D.I.P., sendo outro, portanto, o Director brasileiro da *Atlântico*, esta revista continua com a mesma orientação (pois) o Major António Coelho dos Reis (1898 – 1974) claramente o afirmou ao assumir as suas novas funções” (V. “Notas: Dupla Direcção”, n.º 2, 1942, p. 367). Na realidade, a instabilidade política brasileira continuava, e os três últimos números da primeira série (n.º 4, 1943 a n.º 6, 1945) tiveram outro diretor brasileiro, Amílcar Dutra de Menezes (1908-1965), outro militar que substituiu o anterior, como Diretor-Geral do D.I.P., nomeado em 1943.

A imagem gráfica das capas é variável, apesar de se manter, até ao fim, o *lettering* e o frontispício com o título seguido do subtítulo em letra de menor

dimensão, assim como a identificação dos editores em rodapé. Especificamente, na série inicial da revista, o que muda é a cor de fundo das capas, em gradações de azul, como a água, assim como as cores da ilustração central, representando um pequeno buzio. Seguem-se folhas de guarda com a ficha técnica, e o sumário individualizado. Nos sumários listam-se os colaboradores por ordem de publicação, sem paginação, agrupados em três partes por tipo de colaboração: ensaio (I Parte), criação e crónica (II Parte), e crítica musical, literária ou plástica (III Parte), esta última disposta a duas colunas e não em texto corrido como as outras; além das gravuras “Fora do Texto” com autores, publicadas em folhas não paginadas e algumas de difícil identificação, assim como as ilustrações não assinadas. Estas últimas passam a ser listadas entre parênteses, junto aos textos nos sumários, a partir do segundo número da revista, o que veio dar uma visibilidade maior aos colaboradores artísticos da revista.

As rubricas da primeira série da revista são: “Notas/Notas do Secretário”, de José Osório de oliveira (n.º 1, Primavera 1942 a n.º 6, 1945), que já mencionámos; “Documentos” (n.º 1 Primavera 1942; n.º 3, 1943 a n.º 5, 1944), onde se reproduzem documentos oficiais, como a “Convenção Luso-brasileira sobre a Língua Portuguesa” (V. n.º 5, 1944, p. 206); e “Colaboradores deste Número/ Os Novos Colaboradores” (n.º 1, Primavera 1942 – n.º 4, 1943), em listagens, no fim dos números, não assinadas, onde, destacamos uma biografia, por ser mais completa e póstuma, a de Ana de Castro Osório (V. n.º 3, 1943, p. 208). Esta última rubrica desaparece ao fim de quatro números, com a seguinte justificação: “Não leva, êste número, as costumadas indicações bio-bibliográficas sobre os novos colaboradores”, pois foi preciso “desistir do propósito de informar os leitores do brasil sobre os colaboradores portugueses por não podermos fornecer, aos leitores de Portugal, dados idênticos sobre os colaboradores brasileiros” (V. “Notas”, n.º 5, 1944, p. [205]).

Referimos, também, dois textos de cariz doutrinário escolhidos e com apresentação cuidada para abrir dois números, sem paginação, por terem interesse político para contextualizar o Estado Novo brasileiro, também denominado Terceira República (Brasil, 1937-1946), instaurado por Getúlio Vargas (1882-1954), que profere um “Discurso de Posse na Academia Brasileira de Letras (S. Paulo, Setembro 1940) ” (V. n.º 5, 1944); e outro, anterior, intitulado “A Realidade do Acordo Cultural: Discurso do Embaixador (do Brasil em Portugal, 1943-1945) João Neves da Fontoura”, em visita ao S.P.N. (V. n.º 4, 1943).

Outro texto importante, nesta série, é uma “Homenagem Portuguesa a Tristão de Athayde⁷” (n.º 5, 1944, p. 1), um influente intelectual brasileiro defensor do

⁷Tristão de Athayde é o pseudónimo de Alceu Amoroso Lima (1893-1983). Em 1919, Alceu iniciou-se no jornalismo com pseudónimo, porque não queria confundir a sua vida literária com a de empresário industrial que iniciou por morte do pai (1916 a 1939). Foi, também, advogado, crítico literário, escritor, pensador e professor. Nasceu no Rio de Janeiro, filho de uma portuguesa que lhe ministrou a primeira instrução, e faleceu em Petrópolis. Formou-se em Direito pela Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro e trabalhou como advogado. Publicou o seu primeiro livro, *Afonso Arinos* (1922), ao mesmo tempo que aderiu ao movimento modernista. Depois tornou-se líder da renovação católica no Brasil (Movimento Democrata Cristão), e fundou o Instituto Católico de Estudos Superiores (1932). A seguir, participou na fundação da Universidade Católica do Rio de Janeiro (1941) onde foi professor até se reformar (1963). Colaborou aqui com o texto “Oração aos Novos Mestres: fragmento de um estudo” (n.º 1, Primavera 1942, p. 4), a poesia “Vozes” (n.º 2, 1942), e “A morte do jacaré

“grupalismo cristão”. Esta homenagem incluiu o texto “A Volta de Deus”, de Fezas Vital (1888-1953), e outros, sem título, de António Pereira Forjaz (1893-1972), João Ameal (pseudónimo de João Francisco de Barbosa Azevedo de Sande Aires de Campos, conde de Ameal, 1902-1982), Abranches Martins (1900-?), estes em colaboração única, do secretário José Osório de Oliveira, e de outros dois colaboradores esporádicos e doutrinários, Rodrigues Cavalheiro (1902-1983), então diretor dos Serviços Culturais da Mocidade Portuguesa (V. “Nuno Gonçalves”, n.º 3, 1943, p. 172), e o Comissário Nacional da mesma entidade, o professor Marcello Caetano⁸.

NOVA SÉRIE

António Ferro continua a exercer a função de diretor português da revista, agora como diretor do Secretariado Nacional de Informação, Cultura e Turismo; a *secção brasileira* passou, então, a ser designada de Secção de Intercâmbio Luso-Brasileiro do S.N.I.

Paralelamente, os diretores brasileiros da revista sucedem-se: Óscar Fontenelle (1885-1961), no início da Nova Série (n.º 1 e 2, 1946), por ser o diretor do novo D.N.I. (Departamento Nacional de Informações); depois Waldemar da Silveira (n.º 3, 1947), como diretor da A.N. (Agência Nacional, Brasil, que substituiu o D.N.I. em 6 de setembro de 1946); e António Vieira de Melo (n.º 4, 1947, até ao n.º 3, 1950, já na 3.ª série), também diretor da A.N., e que foi o diretor brasileiro mais longevo da revista. Consequentemente, a edição conjunta da revista, a partir da Nova Série, é da responsabilidade do S.N.I. (Portugal) e da A.N. (Brasil).

Outra alteração importante na Nova Série, além da saída do diretor artístico Manuel Lapa, como já referimos, é a entrada da figura de “redator”, na pessoa de Orlando Vitorino⁹ (Nova Série, n.º 5, 1947 a 3.ª Série, n.º 3, 1950). Este

(do livro inédito *Manhãs de S. Lourenço*) ” (n.º 4, p. 55) e, além de ser homenageado, Álvaro Lins escreveu sobre “O Crítico Tristão de Athaide” (n.º 3, 1943, p. 169). No início da década de 50, na altura em que esta revista morreu, Alceu viajou, e viveu em França e nos Estados Unidos da América.

⁸Marcelo (José das Neves Alves) Caetano (1906-1980) foi jurista, professor universitário, escritor e historiador de Direito, publicista e político português. Nasceu em Lisboa e morreu no Rio de Janeiro em exílio compulsivo após a Revolução de 25 de Abril de 1974. Licenciou-se em Direito (1927) pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, onde se doutorou e foi professor. Apoiou a ditadura militar de 1926, mas rompeu com essa via política em 1929. Participou na redação do Estatuto do Trabalho Nacional e da Constituição de 1933, e integrou a Câmara Corporativa. Em 1934 apresentou o projeto do Código Administrativo e presidiu à sua revisão em 1939. Em 1937, o Presidente da República portuguesa, almirante Américo Tomaz, condecorou-o com a Grã-Cruz da Ordem Militar de Cristo. Sucedeu a Oliveira Salazar na presidência do Conselho de Ministros, durante a incapacitação e a morte daquele (1968 até ao 25 de Abril 1974). Publicou cerca de uma centena de livros de Direito, fundou e colaborou em vários periódicos ao longo da sua vida. Marcelo Caetano exerceu, também, funções de Comissário Nacional da Mocidade Portuguesa (1940-1944), recebendo a Grã-Cruz da Ordem da Instrução Pública (1944), depois Ministro das Colónias (1944-1947), e administrador do Banco Nacional Ultramarino (1948). Nesta revista, colaborou no número inicial, com o texto europeísta-doutrinário “Inquietação e Esperança” (n.º 1, Primavera 1942, p. 9).

⁹Orlando Vitorino (1922 -2003) destacou-se na Filosofia, mas também foi jornalista, publicista, diretor teatral, realizador e produtor cinematográfico. Nasceu em Almeida. Licenciou-se em Ciências Histórico-Filosóficas da Universidade da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, publicou várias obras filosóficas, e foi considerado um dos últimos representantes da

redator conseguiu manter-se até ao desaparecimento da revista, onde colaborou assiduamente, entre outros autores, na única rubrica existente, a “Vária”, que inclui todo o tipo de textos críticos sobre cultura, literatura, necrológios, teatro, divulgação de programas radiofónicos da Emissora Nacional, etc.

Graficamente, a revista diminui o seu formato, de 26,5 cm para cerca de 25 cm de altura. Altera a imagem das suas capas, que continuam a ser cartonadas mas deixam de ser ilustradas e, a seguir ao frontispício, passam a ter uma caixa com um “Sumário” individualizado para cada número, apenas com uma separação dos autores das gravuras “Extra-Textos”, “Desenhos” e “Ilustrações”, de difícil leitura e identificação, pois continuam sem paginação. Outras alterações são as cores de fundo das capas dos números, e a inclusão da folha de guarda com bordadura ilustrada, cuja cor também muda em cada número, a emoldurar as fichas técnicas. Além da diminuição da qualidade do papel em que se imprimiu, a revista, na sua Nova Série, incluiu menos ilustrações, e todas a preto e branco.

3.^a SÉRIE

Nesta série, a revista muda novamente o seu grafismo, e as capas, em vez dos sumários, voltam a ter uma ilustração, uma vinheta de António Sena da Silva (1926-2001), novo colaborador artístico, que assina uma diferente em cada um dos três números, os últimos da revista. As suas ilustrações, anunciadas como Máscaras, são todas de Inês Guerreiro (1915-1998)¹⁰. A revista apresenta melhoramentos, como os sumários detalhados com as matérias, e os autores paginados, havendo uma divisão entre as produções literário-culturais em página inteira, e as de crítica sobre artes, humanidades, livros, música, etc. As suas rubricas são: “Arquivo” – que inclui correspondência literária, artigos de jornais, e filmes luso-brasileiros –, “Documentário”, que só não se publica no n.º 2 (1949), – com artigos culturais antigos publicados em jornais portugueses e brasileiros –, e “Notas” – onde cabe tudo, eventos culturais e críticas, das quais destacamos a análise “O Século XIX e a Cultura Portuguesa do Século XX”, do redator Orlando Vitorino, que discorre, também, sobre “a influência das revistas literárias”, nomeadamente “*Litoral* (para não falar da *Atlântico*) pelo que contribuíram para o nacionalismo cultural e para o declínio do positivismo e consequente crise da literatura, operantes com nítida evidência no momento que decorre” (V. 3.^a Série, n.º 2, 1949, p. 118).

De referir, também, a publicação, nesta última série, de “Suplementos da revista *Atlântico* I: Balanço do Ano Cultural e Artístico Português – 1948” (I e único destes suplementos), em anexo de 12 páginas e em formato de

“Filosofia Portuguesa”. Fez parte do Serviço de Bibliotecas da Fundação Calouste Gulbenkian, onde colaborou na criação das Bibliotecas Itinerantes, e fez crítica teatral na Emissora Nacional (1945-1953). Dirigiu vários periódicos e foi redator, na *Atlântico*, desde o n.º 5 de 1947, até ao fim (1950), colaborou também na secção final “Vária” com os textos críticos: “Cultura Portuguesa” (Nova série, n.º 2, 1946, p. 110; Nova série, n.º 5, 1947, p. 112); “Menéndez Pelayo” (3.^a Série, n.º 1, 1949, p. 82), “O génio nacional na Arquitetura Portuguesa: dissertação de licenciatura de António Quadros” (3.^a série, n.º 2, 1949, p. 116); “Séc. XIX e Cultura Portuguesa: balanço” (3.^a série, n.º 2, 1949, p. 117); e “Heterodoxia de Eduardo Lourenço” (3.^a série, n.º 3, 1950, p. 104).

¹⁰ Inês do Amparo Maracôto Guerreiro.

documento de propaganda oficial, o qual introduz, no seu parágrafo inicial, o novo elemento religioso-político em “a devoção por Nossa Senhora de Fátima tomou tão natural incremento que se pode afirmar ser esse, hoje, um dos principais elementos da nossa cultura social”, e que termina assim: “O mínimo que se pode concluir deste Balanço, aliás incompleto, é que Portugal continua vivo, cultural e artisticamente. Pode ainda dizer-se, sem fazer política, que, se o país está assim vivo, deve-o, em grande parte, a ter a existência assegurada por uma boa administração, garantida a paz por um regime de ordem, defendida a sua originalidade por um governo animado de espírito nacional. Sem essas três condições, dificilmente podiam viver a Cultura e as Artes. Pelo menos, não seriam portuguesas” (3.^a Série, n.º 1, 1949).

A direção brasileira da revista, na 3.^a série, continuou a ser de António Vieira de Melo, como já dissemos, mas a portuguesa mudou, inesperadamente, no seu último número, o n.º 3 de 1950 pois, em vez de António Ferro, foi dirigido por António d’Eça de Queiroz (1891-1968), então subdiretor do S.N.I. O que aconteceu foi que António Ferro foi nomeado ministro em Berna, e a revista, sem o seu carisma, acaba. No fim do seu discurso “pronunciado no Círculo Eça de Queiroz, em 16 de Janeiro de 1950, a abrir o Ciclo de Conferências sobre Poesia” intitulado “Apostolado da Poesia”, e consciente do seu afastamento por ter perdido o apoio político, diz: “Eu parto mas a minha alma fica entre vós. A batalha por uma Política do Espírito, que travei durante tantos anos, aqui e além, deve continuar, tem de continuar! É que essa batalha, na batalha do Espírito, a continuidade da luta é a única vitória possível. Não há fim, não pode haver fim...no infinito...” (3.^a Série, n.º 3, p.6).

COLABORAÇÃO LITERÁRIA E ARTÍSTICA

Dos cerca de 240 colaboradores da revista, vamos mencionar alguns, muitos em início de carreira por serem premiados em concursos brasileiros ou portugueses ao abrigo do mesmo acordo luso-brasileiro que criou esta revista (1941), como os da Agência Portuguesa das Colónias, do Grémio Nacional dos Editores e Livreiros, o Prémio Maria Amália Vaz de Carvalho e o Prémio Fialho de Almeida do S.P.N., e os da Academia Brasileira de Letras. Acrescentamos que a consulta do *Sumário* individualizado de cada número se torna indispensável para conhecer todos os seus colaboradores.

Mencionamos os colaboradores literários, portugueses e brasileiros, então mais conceituados ou hoje mais populares, por ordem de entrada na revista: San Tiago Dantas (1911-1965), Aquilino Ribeiro (1885-1963), Mário de Andrade (1893-1945), João de Castro Osório (1899-1970), Afrânio Peixoto (1876-1947), Álvaro Lins (1912-1970), Vitorino Nemésio (1901-1978), Adalgisa Nery (1905-1980), Fernanda de Castro (1900-1994), Carlos Drummond de Andrade (1902-1987), Carlos Queiroz (1907-1949), Natércia Freire (1920-2004), Maria Archer (1899-1982), Manuel da Fonseca (1911-1993), Guilhermina de Azeredo (1896-1976), Guilherme de Castilho (1912-1987), Luís Forjaz Trigueiros (1915-2000), Gastão de Bettencourt (1894-1962), António Lopes Ribeiro (1908-1995), Hernâni Cidade (1887-1975), Reynaldo dos Santos (1880-1970), José Lins do Rego (1901-1957), Manuel Bandeira (1886-1968), Vinícius de Moraes (1913-1980), Merícia de Lemos (1913-1996), Sofia de Mello Breyner Andersen (1919-2004), José Blanc de Portugal (1914-2000), Jorge de Sena (1919-1978), Graciliano Ramos (1892-1953), Erico Veríssimo (1905-1975), Carlos Parreira

(1890-1950), Diogo de Macedo (1889-1959), Tasso da Silveira (1895-1968), Delfim Santos (1907-1966), Vinícius de Moraes (1913-1980), José Régio (1901-1969), Adolfo Simões Müller (1909-1989), Maria Manuela Couto Viana (1919-1983), Luís Amaro (1923-2018), Maria da Graça Azambuja (1918-1993), Teresa Leitão de Barros (1898-1983), Fidelino de Figueiredo (1888-1967), Rachel de Queiroz (1910-2003), Alphonsus de Guimarães Filho (1918-2008), Dinah Silveira de Queiroz (1911-1982), Orlando Ribeiro (1911-1997), Lygia/Ligia Fagundes Teles (1923-), António Quadros (1923-1993), Luís Silveira (1869-1950), Edmundo Correia Lopes (1898-1948), Lila Ripoll (1905-1967), Luiz-Francisco Rebelo (1924-2011), Jacinto do Prado Coelho (1920-1984), Ruth Guimarães (1920-2014), Cecília Meireles (1901-1964), Azinhal Abelho (1911-1979), António Sena da Silva (1926-2001), e José Bruges (1899-1952).

A revista também mostrava ao mundo um Brasil humanista, fruto de miscigenação, e do longo colonialismo português. Com a intenção de inclusão social dos mulatos, publicaram-se outros autores literários do Mundo Lusíada, nascidos em Angola, Moçambique, Cabo Verde, Goa, além de outros exilados por razões políticas; de todos eles, destacam-se: Otto Maria Carpeaux (1900-1978), Ruy Cinatti (1915-1986), Tomaz Kim (1915-1967), Baltasar Lopes (1907-1989), Osvaldo Alcântara (pseudónimo), Castro Soromenho (1910-1968), Jorge Barbosa (1902-1971), Maria Carmo (1925-2014), Manuel Lopes (1907-2005), Clarice Lispector (1920-1977), Santiago Kastner (1908-1992), António Pedro (1909-1966), Daniel Filipe (1925-1964), Osvaldo Alcantara (1907-1989), Ricardo Molina (1917-), Hermann Ferdinand Schell (1900-1972), Aguinaldo Brito Fonseca (1922-2014), e Joaquín de Entrambasaguas (1904-1995).

Profusamente ilustrada nas duas primeiras séries, menos na terceira, a revista divulgou cerca de 63 colaboradores artísticos, alguns premiados em exposições de Arte Moderna do S.N.I. (Portugal). Deles, destacam-se: António Duarte ou AD (1912-1998), Abel Manta ou AM (1888-1982), Bernardo Marques ou Marques (1898-1962), Martins Correia ou MC (1910-1999), Roberto Araújo (1902-1969), Carlos Botelho (1899-1982), António da Costa ou Dacosta (1914-1990), Estrela Faria (1910-1976), Frederico George ou George (1915-1994), Ofélia Marques ou Ofélia (1902-1952), Mily Possoz (1888-1968), Sarah Afonso (1899-1983), Paulo Ferreira (1911-1999), Jorge Barradas (1894-1971), D. Thomaz de Mello ou Tom (1906-1990), Barata Feyo (1899-1990), Guignard (1896-1962), Francisco Franco (1885-1955), Stuart Carvalhais (1887-1961), Columbano (1857-1929), Moussia Pinto Alves (1901-1986), Leopoldo de Almeida (1898-1975), Vieira da Silva (1908-1992), Arpad Szenes (1897-1985), Tarsila (1886-1973) e Magalhães Filho. A estes, acrescentamos alguns colaboradores polivalentes, nas áreas artístico-literária: Almada Negreiros (1893-1970), Rachel Bastos (1903-1984), Cícero Dias (1907-2003), Jaime de Figueiredo (1905-1974), Luís Jardim (1901-1987), José de Lemos ou De lemos (1910-1995), Jorge de Lima (1895-1953), Neves e Sousa (1921-1995), Santa Rosa (1889-1956) e Júlio/Saul Dias (1902-1983).

Por Helena Roldão
Hemeroteca Municipal de Lisboa, 12 de Outubro de 2018

ROCHA, Clara – *Revistas Literárias do Século XX em Portugal*. Lisboa : Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1985.

PIRES, Daniel – *Dicionário da Imprensa Periódica Literária Portuguesa do Século XX (1941-1974)*, Vol. II, 2º tomo. Lisboa : Grifo-Editores e Livreiros, 2000.

READ, Herbert (Org.); PÈREZ, Teresa Louro, trad. – *Dicionário da Arte e dos Artistas*. Lisboa : Edições 70, imp. 1990.

MATOS, Álvaro Costa de, e OLIVEIRA, João Carlos (Coord.) – *O JOGO DA POLÍTICA MODERNA! Desenho Humorístico e Caricatura na I República*. Catálogo da exposição. Lisboa : Câmara Municipal de Lisboa – Grupo de Trabalho para as Comemorações Municipais de Cultura, 2010.